

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.842 - RS (2019/0288164-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : EVANDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : PÉRICLES LANDGRAF ARAÚJO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - PR018294
HENRIQUE JAMBISKI PINTO DOS SANTOS - PR031694
FAUSTO LUÍS MORAIS DA SILVA - PR036427
MATHEUS CASTANHEIRA COSTA - PR069515
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : NELSON PILLA FILHO E OUTRO(S) - RS041666
MARCOS VALÉRIO SILVEIRA LESSA - RS042441

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por EVANDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO.

PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL NO QUE DIZ COM A INCIDÊNCIA DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA.

Tratando-se de embargos à execução, que tem por objeto da contestação do postulado na ação de execução e, não realizada a cobrança da comissão de permanência, de rigor o reconhecimento da ausência de interesse da parte na impugnação da previsão contratual respectiva.

DA PRELIMINAR DE REJEIÇÃO DOS EMBARGOS POR AUSÊNCIA DE MEMÓRIA DO VALOR ENTENDIDO COMO DEVIDO.

Preliminar que merece rejeição em razão da juntada, pelo devedor, da memória dos valores que, no ajuizamento dos embargos à execução, entendia como devidos.

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS RURAIS.

ALONGAMENTO DA DÍVIDA.

Frustrações de safras. Pedido de prorrogação e de reprogramação de pagamento de dívidas, de acordo com a capacidade financeira, evitando a insolvência.

O alongamento de dívida de crédito rural nos termos da Súmula 298, do STJ, constitui direito subjetivo do devedor, desde que comprovado, extirpe de dúvidas, o cumprimento das condições impostas para o exercício do direito.

É ônus do devedor comprovar que cumpriu os requisitos previstos na legislação específica e nas normas regulamentadoras. Sem o cumprimento de tais requisitos, não há como obrigar a instituição financeira a reprogramar débitos ou prorrogar o vencimento de dívidas.

CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS Recurso Especial Repetitivo 973827/RS que pacificou o entendimento no sentido de ser admitida a capitalização em periodicidade inferior a anual, desde que pactuada.

Contratação realizada de forma expressa.

EXCLUSÃO DA MORA.

Não reconhecida a cobrança de encargos abusivos durante a normalidade do contrato, está caracterizada a mora.

Mantida a sentença.

Fixados honorários recursais.

CONHECERAM EM PARTE DO RECURSO E, NA PARTE CONHECIDA, NEGARAM PROVIMENTO.

UNÂNIME."

Nas razões do recurso especial, a parte agravante alega violação dos arts. 5º, § único, 13, do Decreto-lei 167/67, 14, da Lei 4.829/1965, e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, isto: (a) ilegalidade da cobrança de comissão de permanência em cédula de crédito rural; (b) direito à prorrogação da dívida representada pela cédula rural em discussão, com a consequente inexigibilidade do título; (c) impossibilidade de cobrança de capitalização composta de juros ante a ausência de pacto expresso que autorize; (d) expurgar a cobrança de encargos moratórios em razão da majoração ilícita provocada pelo recorrido no contrato rural.

É o relatório. Decido.

No que se refere à alegação de ilegalidade da cobrança de comissão de permanência, eis os fundamentos do Tribunal de origem:

"Em preliminar contra recursal, a instituição financeira sustentou a ausência de interesse do embargado na impugnação da incidência da comissão de permanência, por que da análise dos cálculos trazidos com a inicial da ação de execução, não há cobrança da comissão de permanência.

Razão assiste à instituição financeira.

Efetivamente, da análise dos cálculos juntados às fls. 28/29, não se observa a cobrança da comissão de permanência, de modo que se tratando de embargos à execução, onde a discussão deve se ater aos termos da execução, tenho como inexistente o interesse da

parte, no ponto.

Acolho, assim, a preliminar, não conhecendo do recurso no que atine à reclamação relativa à comissão de permanência." (fl. 811)

Por seu turno, da leitura das razões posta no apelo nobre, infere-se que a parte recorrente não impugnou referido fundamento. Nesse cenário, havendo fundamento autônomo e suficiente, por si só, para manter o v. acórdão estadual, o apelo nobre encontra óbice na Súmula n. 283/STF, aplicada por analogia. Nessa mesma linha de inteligência, destacam-se os seguintes julgados:

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. PRETENSÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO LAUDO PERICIAL E JUNTADA DE DOCUMENTOS. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA COM O INTUITO DE ESCLARECER QUESTÕES ATINENTES ÀS AMORTIZAÇÕES REALIZADAS. REEXAME FÁTICO DOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ. FUNDAMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM NÃO IMPUGNADO. SÚMULA N. 283 DO STF.

(...)

2. É inadmissível o recurso especial que não impugna os fundamentos do acórdão recorrido, suficientes, por si só, à manutenção da conclusão a que chegou o Tribunal de origem (Súmula n. 283/STF).

3. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 451.336/RS, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 08/06/2017 - grifou-se)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM" RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283 DO STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.

(...)

5. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1035112/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 12/05/2017 - grifou-se)

Com efeito, a jurisprudência desta C. Corte está pacificada no sentido de que nas cédulas de crédito rural, industrial e comercial é admitida a cobrança de juros capitalizados em periodicidade mensal, mediante prévia e expressa pactuação, nos termos da súmula n. 93 desta Eg. Corte. Nesse sentido, os seguintes julgados:

"CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. POSSIBILIDADE, IN CASU, RESPEITO AO PRINCÍPIO DO PACTA SUNT SERVANDA.

1. Conforme entendimento consolidado nesta Corte, é possível a capitalização mensal dos juros nas cédulas de crédito rural, industrial e comercial, desde que pactuada, conforme se verifica in casu. Incidência do enunciado sumular nº 93/STJ.

*2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg nos EDcl no REsp 681.839/MT, Rel. Min. **HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO** (Des. Convocado do TJAP), 4ª Turma, DJe 3/5/2010)*

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. POSSIBILIDADE. SÚMULA 93/STJ. CONTRATAÇÃO. ANÁLISE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 05 E 07/STJ. MORA. DESCARACTERIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ENCARGO ABUSIVO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. "PERÍODO DE ANORMALIDADE". DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. As cédulas de crédito rural, comercial e industrial admitem a capitalização dos juros em periodicidade mensal, quando pactuada (inteligência da Súmula 93/STJ). (...)

*5. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 938.523/MS, Rel. Min. **FERNANDO GONÇALVES**, 4ª Turma, DJe 30/3/2009)*

"RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL - CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL - APLICAÇÃO DA TJLP COMO ÍNDICE DE REMUNERAÇÃO DO CAPITAL - PACTUAÇÃO EXPRESSA - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO SUFICIENTE DO ACÓRDÃO RECORRIDO - INCIDÊNCIA ANALÓGICA DO ENUNCIADO N. 283 DA SÚMULA/STF - ADEMAIS, NECESSIDADE DE REEXAME

DE PROVAS - IMPOSSIBILIDADE NESTA VIA RECURSAL - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA/STJ - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - AUTORIZAÇÃO LEGAL PARA CÉDULAS DE CRÉDITO INDUSTRIAL - PRÉVIA PACTUAÇÃO - COBRANÇA - POSSIBILIDADE - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

III - O entendimento prevalecente nesta Corte é no sentido da possibilidade de capitalização mensal de juros nas cédulas de crédito industrial, comercial e rural, desde que expressamente pactuada (Enunciado n° 93/STJ), o que se verifica no caso concreto, de acordo com o apurado pelas instâncias ordinárias;

IV - Recurso especial parcialmente provido." (REsp 1.070.410/SC, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, 3ª Turma, DJe 3/2/2009, grifou-se)

"RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. CERCEAMENTO DE DEFESA E AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. POSSIBILIDADE.

(...)

III - Admite-se a capitalização mensal de juros nas cédulas de crédito rural, industrial ou comercial.

Agravo improvido." (AgRg no REsp 1029073/ES, Rel. Min. SIDNEI BENETI, 3ª Turma, DJe 3/6/2008)

No que toca à descaracterização da mora, não houve indicação dos dispositivos de lei federal que teriam sido violados, nem de dissídio jurisprudencial, nos moldes dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. Incidente, portanto, a Súmula 284 do eg. Supremo Tribunal Federal.

Por fim, verifico que o Tribunal de origem assinalou em sua fundamentação a ausência do atendimento aos requisitos necessários à prorrogação da dívida, *verbis*:

"O direito ao alongamento ou repactuação de dívida, seja pelo Manual de Crédito Rural 269, seja por diversas resoluções do BACEN só é assegurado mediante o cumprimento de requisitos. Em outras palavras, se o mutuário obedecer aos requisitos estabelecidos pelas diversas leis e regulamentos específicos, tem o direito de obter repactuações dos débitos nos moldes previstos, não podendo o banco se negar a acolher o pedido, porquanto há

um caráter protetivo das respectivas leis em relação à produção agrícola.

Todavia, não há como obrigar a instituição financeira a prorrogar vencimentos e a renegociar dívidas, se não há previsão legal ou se não houver o cumprimento de requisitos exigidos para tal.

Reitero. O alongamento ou securitização de dívida rural é assegurado desde que cumpridos os requisitos estabelecidos na legislação específica e normas regulamentadoras.

(...)

No caso, em que pese a argumentação acerca da quebra da safra, que ocasionou o inadimplemento da Cédula Rural Pignoratícia, objeto da ação de execução, o embargante, ora apelante, não logrou comprovar, de forma clara e efetiva, o cumprimento dos requisitos legais exigidos para o alongamento postulado.

Além disto, em nenhum momento restou comprovado, pelo embargante, a formalização de pedido perante a instituição financeira e, de posterior indeferimento do pedido.

Logo, não havendo prorrogação automática dos vencimentos e não havendo prova de cumprimento de requisitos estabelecidos em legislação específica e normas regulamentadoras, não há como deferir o pedido do apelante, de prorrogações e reprogramação de débitos de acordo com a sua capacidade de pagamento.

Nada a corrigir, portanto." (fls. 812/816).

O eg. Tribunal afastou a pretensão do recorrente com base no acervo fático-probatório dos autos, afirmando que não preencheram os requisitos indispensáveis ao alongamento da dívida rural, pelos fundamentos acima expostos. Nesse sentido, a inversão do que restou decidido pelo Tribunal de origem, tal como propugnado nas razões do apelo especial, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório dos autos, providência que encontra óbice no enunciado nº 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe: "*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*".

Nesse sentido:

"DIREITO CIVIL. DÍVIDA RURAL. SECURITIZAÇÃO E ALONGAMENTO. REQUISITOS LEGAIS. PREENCHIMENTO. SÚMULAS 5 E 7.

1. É direito do devedor a securitização e alongamento da dívida rural (Súmula n.º 298/STJ), nos termos Lei n.º 9.138/95.

2. Contudo, a verificação quanto ao preenchimento dos requisitos legais para sua obtenção é matéria infensa à análise desta Corte, por força das Súmulas 5 e 7.

3. *Recurso especial não conhecido.*"

(REsp 518.734/RS, **Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 08/06/2010, DJe 15/06/2010)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. VIOLAÇÃO A RESOLUÇÕES DO BANCO CENTRAL. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. SECURITIZAÇÃO. ALONGAMENTO DE DÍVIDA. REQUISITOS. VERIFICAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. *A arguição de contrariedade a Resolução do Banco Central não enseja a interposição de recurso especial, porque não inserida no conceito de lei federal. Precedentes.*

2. *A verificação dos elementos ensejadores do direito à securitização e ao alongamento da dívida rural em apreço reclama nova incursão na seara fático-probatória, soberanamente delineada nas instâncias ordinárias.*

3. *Agravo regimental desprovido.*"

(AgRg no Ag 621.145/PR, **Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES**, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2008, DJe 10/03/2008)

"CRÉDITO RURAL. SECURITIZAÇÃO. DIREITO DO DEVEDOR. REQUISITOS. PREENCHIMENTO. SÚMULAS 5 E 7.

- *É direito do devedor e não faculdade do credor o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, desde que preenchidos os requisitos legais.*

- *A verificação de existência dos requisitos para concessão da securitização da dívida demanda revolvimento dos fatos e das provas dos autos (Súmulas 5 e 7).*

- *Não merece provimento recurso carente de argumentos capazes de desconstituir a decisão agravada."*

(AgRg nos EDcl no REsp 469.343/RS, **Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS**, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/05/2006, DJ 29/05/2006, p. 228)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos à parte recorrida de 10% para 11% sobre o valor da causa.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator